

Por um Senado de resultados

P 1

JOAQUIM FALCÃO

25 FEV 1995

O GLOBO

O presidente do Senado, senador José Sarney, primeiro conclamou os parlamentares a cuidar da imagem do Congresso junto à opinião pública. Em seguida, conclamou os senadores para limpar a pauta do Senado. Um mutirão para votar os projetos que aguardam na fila. Aliás, a preocupação com a imagem e eficiência dos parlamentares é também preocupação maior do novo presidente da Câmara dos Deputados, Luiz Eduardo Magalhães. Estão certos. Fácil perceber.

Você, leitor, compraria ações de uma fábrica de sapatos que não produzisse sapatos? Você torceria por um time de futebol que não fizesse gols? Ou apoiaria uma universidade que não produzisse conhecimento ou doutores? Provavelmente não. Assim também a opinião pública diante do Senado. Não lhe pode ter boa imagem se não decide o que tem de decidir, e não produz o que tem de produzir: leis. Ou cuja produção é incerta, oculta e imprevisível. Como uma fábrica, sem data para a entrega dos pedidos.

Na verdade, o que a opinião pública critica no Senado, e no Congresso, é menos as decisões que toma e as leis que produz (com poucas exceções, a Lei Lucena sendo uma delas), e mais as decisões que adia, e a maneira como se comportam os parlamentares ao decidir. Critica-se a lentidão e imprevisibilidade pa-

ra votar projetos que se arrastam nas comissões; os plenários vazios em dia de votação; a ausência de Brasília; os salários, viagens, empregos e benefícios que recebem; a pequena barganha dos pequenos favores de alguns, e sobretudo a inação, e consequente cumplicidade com os pouquíssimos parlamentares que denigrem a Casa. Em resumo, critica-se muito mais o processo e os procedimentos do que propriamente o conteúdo das leis que decidem.

O senador Pedro Simon propôs um conjunto de projetos que buscam procedimentos mais éticos e eficazes para o Senado. Como, por exemplo, a definição com um mês de antecedência da pauta de votação dos projetos. Se aprovada, esta simples medida permitirá, primeiro, que o país inteiro saiba que aquela matéria vai ser votada naquele dia; segundo, que o senador se programe para estar em Brasília. Nada melhor para a imagem do Senado. Mais ainda. Propôs a proibição do uso da gráfica para fins pessoais, já aceito, e a quebra do sigilo bancário dos parlamentares, ainda não aceito. Mas, facilmente aceitável se introduzida pequena modificação: a quebra do sigilo valeria da data da promulgação da lei em diante. Não se trata de uma anistia. Apenas, não podemos ficar controlados pelo medo de um passado hipotético. A prioridade é estabelecer novos padrões éticos para hoje e amanhã.

Na verdade, a opinião pública quer antes de tudo é um Senado de resultados. Na verdade, quer

um Congresso de resultados, a Câmara dos Deputados também. Que produza leis com transparência, em tempo adequado e previsível. Sem pautas surpresas, plenários vazios e acordos velados. Com um Senado de resultados, ninguém vai se importar se o senador ficou em Brasília dois ou sete dias na semana. Será irrelevante. Nenhuma empresa moderna coloca cartão de ponto para seus diretores e gerentes. Cobra-se deles os resultados. Ponto final. A partir daí, a discussão sobre salário será também irrelevante, pois haverá um parâmetro claro: o desempenho. E o país poderá entrar na discussão madura sobre a qualidade política do produto: a lei.

No fundo, está em jogo a legitimidade do Senado. Legitimidade, alerta Bolívar Lamounier, não depende apenas do consenso em torno de um ideal. Depende, sobretudo, da capacidade de transformar consenso em experiência dos cidadãos. Transformá-lo em realidade. Não basta apenas o Senado ser o detentor do ideal dos cidadãos. É preciso concretizá-lo. Ser eficiente. Apresentar resultados. A legitimidade de um Senado numa democracia mede-se pelos resultados que apresenta. Nestas semanas, a opinião pública vai estar medindo, ou a capacidade do Senado em transformar os ideais dos senadores José Sarney e Pedro Simon, que é dela também, em realidade, ou a autofágica capacidade de anunciar e adiar.

Joaquim Falcão é secretário-geral da Fundação Roberto Marinho e professor de direito na UFRJ.